

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

FLORESTAN FERNANDES, PENSADOR POLÍTICO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1978-1985): TENSÕES PRODUTIVAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Thais Florencio de Aguiar, Alexander Couto Englander, Ronaldo Tadeu de Souza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13306>

Submetido em: 2025-09-10

Postado em: 2026-09-25 (versão 3)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Esta versão mantém a tese central do artigo, mas traz novas referências e ênfases mais adequadas e refinadas das conclusões de pesquisa.

FLORESTAN FERNANDES, PENSADOR POLÍTICO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1978-1985): TENSÕES PRODUTIVAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

THAIS FLORENCIO DE AGUIAR

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7951-7920>

thais.aguiar@gmail.com

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ALEXANDER COUTO ENGLANDER

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6844-8811>

alexcoueng@gmail.com

IESP-UERJ e URCA. Rio de Janeiro, RJ; Crato, CE, Brasil

RONALDO TADEU DE SOUZA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5602-7064>

ronaldolais@yahoo.com.br

Cedec-Centro de Estudos em Cultura Contemporânea. São Paulo, SP, Brasil

INTRODUÇÃO¹

No final dos anos 1970 e início dos 1980, com a nacionalização da pós-graduação, as ciências sociais atravessariam um momento decisivo. Dois fatos delineiam esse período: a criação em 1976 da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e o surgimento da ciência política como área específica de estudo.

Uma dupla ruptura ocorre nesse momento. Não só se busca demarcar diferenciações com relação aos ensaios de interpretação dos anos 1930; a sociologia, sobretudo a paulista, também enfrentava processos de impugnação. O processo de autonomização da ciência política, seus construtores, formuladores e divulgadores têm um papel fundamental ao pleitear diante daquela, o lugar de promoção da verdadeira ciência. A linguagem marxista inscrita nas ciências sociais vai sendo confrontada e, por consequência, também autores como Florestan Fernandes, principal representante da sociologia paulista. Assim, neste trabalho analisamos algumas controvérsias que se estabeleceram em torno ao problema do sentido de construir uma ciência política entre nós. Prioritariamente, os escritos de Fernandes, dos anos 1978 a 1985, serão nosso material fundamental de investigação. Argumentamos que nesses

¹ Agradecemos as críticas e sugestões feitas à primeira versão deste texto por colegas presentes no GT 44, Ciências Sociais em perspectiva local, nacional e transnacional: ideias, instituições e agentes, no 49º Encontro Anual da Anpocs (outubro de 2025), em especial, Felipe Maia, Lidiane Soares Rodrigues, Carlos Benedito Martins, Conrado Pires de Castro e João Marcelo Lima Barra. Somos gratos pelas valiosas sugestões de Diogo Valença e Lucas Trindade. Nesta versão, agregamos parcialmente nossas reações às suas contribuições.

artigos, discursos e intervenções do mestre da Maria Antonia se erigiu “uma ciência política sociologicamente orientada”. Assim, no período selecionado, verifica-se que há uma relativa “mudança” disciplinar, cujo objetivo precípua é questionar — tendo por base a articulação entre a posição interpretativa sobre as condições de vida da classe trabalhadora brasileira (com sua característica racializada) e o deslocamento da situação do sociólogo orientado à constituição de seu campo específico para a contingência do intelectual engajado e do publicista revolucionário — as instituições democráticas (regime político, partidos políticos, grupos econômicos, elites políticas e econômicas) que estavam se instaurando com a transição para a democracia. Ao procedermos dessa maneira ofertamos, também, problematizar a ciência política nascente entre nós que propiciava suporte analítico e cognitivo àquelas instituições, de modo que nessa condição o autor de *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* faz erigir — é o que queremos sugerir —, em oposição ao modo de estudar política, exclusivamente, com foco nos seus aspectos institucionalistas, com marcas consideráveis de conservadorismo (Feres, 2000: 106), o que chamaremos neste artigo de uma “ciência política sociologicamente orientada” e “perturbada”.

Elaboramos dessa maneira nossa exposição: na seção que se segue, apresentamos primeiro, em linhas gerais, a formação do campo da ciência política² nos anos 1970-80; o interesse será na sua trajetória geral e no papel do grupo mineiro/carioca (Forjaz, 1997) naquela conjuntura. Na segunda seção, apresentamos uma interpretação da trajetória intelectual de Fernandes nas décadas de 1970-80, na qual demonstramos como o autor se envolveu mais profundamente com temas da ciência política e o sentido que conferiu a esse envolvimento. Na terceira seção, adquire importância compreender como Fernandes, acadêmico rebelado, analisa o processo de transição para a democracia nos escritos do período entre 1978 e 1985 (reunidos nos livros *Brasil em compasso de espera*, *A ditadura em questão* e *Que tipo de república?*). Ainda nesta parte, também utilizamos três textos publicados posteriormente, entre 1987 e 1989, período em o autor incluiu de forma sistemática os intelectuais negros e o movimento negro em suas análises e teorizações sobre o processo de democratização. Na quarta seção, argumentamos mais detidamente o papel de Fernandes no desenvolvimento de uma “ciência política sociologicamente orientada” e “perturbada” que configura tensões produtivas no campo disciplinar.

² Na sequência deste artigo utilizaremos as iniciais em maiúsculas sempre que nos referirmos à ciência política como disciplina originariamente específica e distinta no âmbito das ciências sociais brasileiras.

Em termos metodológicos, trata-se de realizar a articulação entre os textos de Fernandes, de seus intérpretes e interlocutores do período de 1978-1985 sobre a redemocratização, situando essa trama interpretativa no contexto histórico e político mais amplo das disputas nas ciências sociais brasileiras. Nesse ponto específico, recorre-se, em certa medida, à teoria do campo científico de Pierre Bourdieu, para investigar o momento de transição entre prestígio acadêmico e capital político, momento esse em que Fernandes incorpora elementos de sua interpretação marxista da política ao seu perfil de publicista radical. Também se realiza a análise do produto simbólico das controvérsias entre intelectuais em nossas ciências sociais acerca do entendimento das direções da redemocratização, ou seja, o modo como as ideias se convertem reflexivamente em forças sociais nesse contexto.

CAMPOS EM DISPUTA: DA SOCIOLOGIA À CIÊNCIA POLÍTICA

Célia Galvão Quirino (1994) narra de maneira breve a história do *Departamento de Ciência Política da USP*. Podemos averiguar com ela que os estudos de política em São Paulo compunham o currículo disciplinar da cadeira de sociologia. Nessa, a política, ou a ciência política, não era ensinada como ciência. Epistemologicamente, com enfoque na sociologia política, predominava, nas lições em sala de aula, o problema da natureza do Estado e da relação do Estado com a sociedade. Em geral, a responsabilidade do curso estava sob a estrutura pedagógica da *Sociologia Geral* e *Sociologia Especial*; a Paul Arbousse-Bastide era confiada a coordenação e chefia delas. Por determinação do governo federal — Decreto Federal nº 12511 de julho de 1941 — os cursos de ciências sociais necessitaram passar por ajustes organizacionais (burocráticos e administrativos). Tais mudanças, “não transformar[am] o conteúdo [das disciplinas] já existentes, [porém] consolidaram certa autonomia do ensino da Política ao estabelecer a Cadeira de Política” (Quirino, 1994:340).

Em 1954, Lourival Gomes Machado, um dos primeiros pesquisadores brasileiros a se dedicar ao pensamento de Jean-Jacques Rousseau, foi conduzido para a *Cadeira de Política* — sendo levado para ela por Arbousse-Bastide. Após defender tese de doutorado e porque esse vai para o Rio de Janeiro trabalhar na embaixada francesa, Lourival Gomes Machado assume a Cátedra. Pode-se dizer que ele foi o primeiro acadêmico nativo a ser professor de ciência política. Cerca de uma década depois, dois eventos marcam não só a história interna do Departamento de Ciência Política da USP como da Ciência Política no Brasil. O primeiro foi a ida de Gomes Machado, em 1963, para a Unesco; o segundo foi o golpe militar-civil-empresarial de 1964. Completa este quadro, a morte de Lourival Gomes Machado no ano de 1967 e o AI-5 que cassou e aposentou diversos professores na Universidade de São Paulo,

entre os quais estavam Paula Beiguelman e Fernando Henrique Cardoso, ambos da Cadeira de Política.

Ao lado dessa pequena história do ensino de política na USP, cabe frisar que a compreensão acerca do início de nossos departamentos de ciência política (nas ciências sociais) não pode ser empreendida sem que tratemos, mesmo que brevemente, a preeminência do grupo mineiro/carioca na institucionalização da pós-graduação em Ciência Política. E, já nesse momento de elaboração do argumento deste artigo, interessa asseverar que o projeto de construção da Ciência Política por eles erigido como disciplina, tinha no horizonte, a intenção de confrontar a sociologia e suas modalidades de explicação e entendimento da política, sobretudo a sociologia paulista do tipo que praticava Fernandes, de modo a tornar a política um campo de estudos autônomo; a sociologia era, na ocasião, lida como detentora de prestígio e consagração nas ciências humanas brasileiras e, sobretudo, mais marcadamente, nesse período de Guerra Fria, lida como de matiz marxista.

É consenso entre pesquisadores e pesquisadoras (Forjaz, 1997; Keinert e Silva, 2010; Leite, 2010) que a Ciência Política brasileira, enquanto conhecimento científico e autônomo em relação a outros ramos das ciências sociais, emergiu, a rigor, em dois Estados, nenhum deles sendo São Paulo. Com efeito, “como disciplina acadêmica [...] [ela se originou] no grupo geracional [...] mineiro/carioca” (Forjaz, 1997:1). Os *locus* institucionais de germinação foram o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), aos quais estavam vinculados, entre outros politólogos líderes, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos³, que ocuparam importantes posições na institucionalização e autonomização da Ciência Política. Como outros dessa geração, tiveram a experiência comum de terem se doutorado nos Estados Unidos — o Estado-nação onde foi construída e a partir do qual foi difundida a Ciência Política tal como a conhecemos hoje⁴. De modo que, na biografia institucional-acadêmica dessas lideranças podemos verificar que Reis defende tese na Universidade de Harvard, em 1974; Lamounier conclui o treinamento doutoral na Universidade da Califórnia, Los Angeles, em 1974; e Santos realiza o doutoramento na Universidade de Stanford, em 1975, todos na esteira da construção da

³ Outros nomes da disciplina também pertenciam às duas instituições: Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil de Lima Junior, Renato Boschi e José Murilo de Carvalho (Forjaz, 1997).

⁴ Sobre, por um lado, a ciência política ser originária dos Estados Unidos e sua história ver: Bianchi, 2011; Dryzek, 2006; Gunnell, 2005; e Sommit e Tanenhaus, 1982.

hegemonia político-cultural estadunidense pós-golpe de 1964, impulsionada pela presença da Fundação Ford e intensificada em reação à Revolução Cubana e à derrota na Guerra do Vietnam.

Coincidente com o período da redemocratização, é feita pelo grupo mineiro/carioca a defesa bem pensada de que o produto da disciplina tinha de enfatizar a autonomia da política; nos termos de Baptista Leite (2010:155), o enfoque politicista considera sobremaneira “a política institucional”. A Ciência Política, em contraposição às explicações “sociologizantes” — desacreditadas por serem exteriores “à política institucional como fator analítico” — é motivada por um regime de investigação que observa a organização das instituições políticas e como os agentes, racionais (ou não), ali atuam e interagem. Portanto, Forjaz salienta que, ao não submeter a política “às esferas econômica, social ou cultural” (1997:9) — o que esse grupo de mineiros e cariocas (no DCP-UFMG e no IUPERJ) estavam fazendo era instituir a política como matéria independente de investigação em relação a outras esferas.

Após o golpe de 1964, um dos eventos a evidenciar os aspectos distintivos da história da Ciência Política brasileira, o país atravessaria um longo período de transição para a democracia. Para pensar esse processo, a autonomização da Ciência Política — nos moldes advogados pelos acadêmicos mineiros/cariocas — teve um papel decisivo. Embora seja necessário salientar que esses intelectuais não formassem um grupo com ideias, posições políticas e agendas de pesquisa coesas entre si (a análise de Santos, em especial, destoa de Lamounier e Reis em função dos trabalhos de matizes teóricos e da defesa de certa perspectiva interdisciplinar), o que importa aqui é que eles compartilhavam um horizonte semelhante especificamente no período inicial de formação da disciplina que objetivavam erigir. Essa não deveria se restringir apenas ao âmbito das disputas por reputação e legitimidade nas ciências sociais — seu *ethos* formativo entendia ser da sua “responsabilidade” informar a sociedade brasileira sobre os arranjos procedimentais que garantiriam a passagem estável para a democracia e os modelos institucionais para fortalecer esse regime diante dos desafios no pós-ditadura. Com efeito, a almejada autonomia da política, por oposição ao societalismo (que vigorava na Escola Paulista de Sociologia) e, principalmente, ao marxismo (eram tempos de Guerra Fria, devemos lembrar), tinha de preconizar, na construção de nossa democracia, os aspectos, fundamentais e primordialmente, institucionais. Reproduzindo os padrões de investigação e atuação da ciência política estadunidense (Feres, 2000), acadêmicos brasileiros forjaram configurações explicativas que estavam articuladas com a reforma e o desenho institucional da política: com efeito, “a

obsessão pelos mecanismos formais da [ordenação] democrática explica-se em função [do projeto de edificar]” (Keinert e Silva, 2010:93) no Brasil um modelo organizativo estável. Segundo Lidiane Soares Rodrigues, a Ciência Política dos anos 1980, em especial, os acadêmicos líderes do campo, ambicionavam promover, precisamente, a interação entre política e prática científica (Rodrigues, 2021:161). Bem entendidas as coisas: não se tratava de inserir a disciplina no jogo cotidiano dos partidos, ou mesmo em efervescentes instâncias da sociedade civil, mas de trabalhar, direta ou indiretamente, onde conviesse, para que a Ciência Política orientada por estudos providos de sofisticação ou “modernização” metodológica e novos parâmetros de cientificidade — técnicas quantitativas, formalizações lógico-matemáticas, sobretudo, de estatística, survey eleitoral e entrevistas, isto é, aparatos adquiridos nos EUA (Rodrigues, 2021, Keinert e Silva, 2010, Forjaz, 1997) — ofertasse modalidades consistentes, equilibradas, no processo de democratização.

A assimetria na abordagem sobre questões de ordem sociomaterial ficava evidente na criação de nossa Ciência Política que, doravante, adota determinações próprias não subordinadas às esferas econômica, social ou cultural, não tomando a institucionalidade política como mero reflexo da vida econômica ou social (Forjaz, 1997). A aposta do grupo mineiro/carioca na autonomia da disciplina de Ciência Política, na academia, envolvia também, na sociedade, a aposta na “noção de autonomia da esfera política, em que as engrenagens democráticas constituiriam um sistema diferenciado mantendo-se relativamente imune aos determinantes advindos da estrutura social” (Keinert e Silva, 2010: 94). De modo que classes sociais, violência, concentração de capital, reforma agrária, racismo e paradigma econômico eram elementos secundários ou marginais nas formas de fazer pesquisas e nos horizontes de institucionalização da disciplina. Como argumentam Keinert e Silva, a aposta constituía, na ótica do grupo, o esforço de libertar a perspectiva sobre o país das análises “pessimistas inspiradas no marxismo” em relação ao processo de desenvolvimento político (2010: 94).

A sociologia e a análise política de Fernandes, bem como o marxismo, tendiam a ser questionados como recursos explicativos tanto da transição para a democracia, como do próprio sentido que essa teria no interior do quadro de referência histórico-social brasileiro ao qual estava sendo construída. Os estudos especializados em sociologia intelectual, da cultura e dos campos científicos que abordam o contexto em análise são consensuais sobre isso. Considerado estéril por sua fácil sedução e demasiadamente ambicioso por seus componentes programáticos, o marxismo era visto como obstáculo para a formação técnica em pesquisa,

algo em que os círculos acadêmicos politólogos dos Estados Unidos tinham se tornado uma verdadeira máquina (Cf. Rodrigues, 2021:152). Mesmo Forjaz, mais próxima do projeto de fazer emergir entre nós uma “verdadeira” Ciência Política, admite que a “rejeição ao marxismo como paradigma teórico, [à] militância política dos anos 60 [e à sociologia paulista]” (1997: 9) consubstanciavam o horizonte de inserção nas ciências sociais do grupo mineiro/carioca.

Nesse sentido, é notado que, em artigos publicados na edição número 1 da Revista Dados de 1980, a ideia de Ciência Política é escrutinada por Reis, Santos e Lamounier. Os textos derivam de intervenções apresentadas no XI Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, em Moscou, em agosto de 1979. Essas reflexões sobre a institucionalização da disciplina, a democracia e o caráter de dependência/autonomia da ciência política nacional e latino-americana retratam os termos da construção da disciplina de Ciência Política na época, nos quais o uso da literatura marxista é problematizada. Reis considera com preocupação o “reforço do *ethos* autoritário” e os “obstáculos à comunicação competente”, sobretudo, entre jovens estudantes e acadêmicos, como consequência, ainda que em parte, da “intensa exposição a certo tipo de literatura marxista” importada de países desenvolvidos, em especial, da França, cujo “paroquialismo intelectual” ergue “barreiras intransponíveis entre ciência social marxista (...) e a ciência social ‘burguesa’”, atribuindo a essa última um caráter de “mera ideologia, destituída de verdadeiro interesse científico”. Essa situação ocasionaria, na sua visão, um “fechamento duradouro da mente” dos jovens, além de limitar o desenvolvimento da ciência social e política autônoma e criativa no país (1980: 75-76).

Na mesma edição da Dados, Santos considera que a Ciência Política experimenta de forma dramática uma crise de identidade e uma imaturidade no campo das ciências sociais. Ele desqualifica um “difuso marxismo de segunda classe” como a terceira debilidade da análise política latino-americana – “um marxismo feito de tédio”-, fazendo questão de distinguir essa cepa daqueles estudos marxistas qualificados, capazes de fazer avançar o conhecimento sobre a realidade política. Com o cuidado de não polemizar por meio da citação personalizada de autores, Santos define que essa “variante escolástica do marxismo” produz um “onanismo intelectual”, “controvérsias bizantinas” e “‘dandismo’ intelectual” entre cientistas políticos latino-americanos, acrescentando que seu dogmatismo preza por um zelo conceitual que, na visão de Santos, acaba dispensando “maior apuro na investigação” (1980:25). O efeito da difusão dessa variante seria, para Santos, o cultivo do desprezo em

relação ao trabalho “pedestre, modesto e cansativo da pesquisa paciente e bem cuidada, deixada aos ‘empiristas’ e ‘funcionalistas’(...)” (1980:25). Difícil é identificar e distinguir o marxismo de primeira e o de segunda na ótica de Santos, à exceção da indireta menção crítica dirigida a um “recentíssimo grupo de ‘teóricos’ italianos” dedicados a dissipar, com seus “contorcionismos verbais e mentais”, qualquer dúvida sobre se existe ou não teoria marxista do Estado (1980:25). Também Reis identificaria em acadêmicos paulistas vinculados ao marxismo uma priorização do trabalho conceitual em detrimento do estudo sistemático de material empírico, reduzido a reiteração de princípios gerais (Keinert e Silva, 2010).

Com essa crítica ao marxismo, consequentemente, o seu principal representante no período, sobretudo da sociologia paulista, Fernandes⁵, terminava sendo questionado (Forjaz, 1997, Keinert e Silva, 2010). Não se tratava, de maneira alguma, de um confronto direto, de uma arena em que acadêmicos e intelectuais digladiam abertamente, nem mesmo debates francos na imprensa; mas sim de objeção criteriosamente refletida a programas institucionais universitários como aqueles do mestre da Maria Antonia – julgado então por muitos o “ponto de partida para o desenvolvimento efetivo das ciências sociais no Brasil” (Keinert e Silva, 2010: 81). Dessa forma, a sociologia teórico-marxista era veementemente questionada por nomes fortes dos grupos mineiro e carioca que, em termos epistemológicos, situavam as premissas constitutivas da Ciência Política a partir de uma matriz estadunidense. Já o núcleo do empreendimento das ciências sociais florestaniana orientava-se não apenas para implantar “uma sociologia rigorosamente científica” (Leite, 2010:170): Fernandes e o grupo de sociólogos que reúne estavam “profundamente preocupad[os] com os problemas socioeconômicos do país” (Leite, 2010:170).

Assim, de um lado, podemos afirmar que a batalha travada pelo grupo mineiro/carioca na defesa de uma Ciência Política baseada em métodos científicos aprendidos nos departamentos de ciência política estadunidenses pautou a construção da ciência política nacional tal como pensada desde suas formações e suas instituições acadêmicas, DCP-MG e IUPERJ. Por outro lado, podemos considerar que o tipo de transição do regime ditatorial para a democracia (a transição pactuada) e a própria democracia conforme deveria ser prescrita, isto é, uma democracia de padrões institucionalista e formalista e até schumpeteriana e

⁵ Neste aspecto importa ponderar que Fernandes foi assim lido e, “estrategicamente”, interpretado pelos construtores da ciência política na ocasião; contudo, ele absolutamente não representava sozinho o marxismo nas nossas ciências sociais. No período, a teoria marxista alicerçava a produção de outros grupos universitários e intelectuais: lembremos, aqui, apenas do *Seminário Marx sobre O Capital* na USP (Cf. Arantes, 1994; Giannotti et al., 2017), e das intervenções de um teórico político e social gramsciano tão importante como Carlos Nelson Coutinho (Cf. Coutinho, 1979).

huntingtoniana (Cf. Vitulo, 2001 e Tricarico, 2023), foram vitoriosos tanto no meio acadêmico quanto no processo político nacional. Inscrita nesse registro, a Ciência Política se consagrou como uma das principais disciplinas não só das nossas ciências sociais — com forte peso nas faculdades, institutos, departamentos e nas associações e encontros de área — como também das humanidades. A simultaneidade entre a tarefa da institucionalização de uma Ciência Política autônoma e o desafio da institucionalização do processo de abertura política encontra um marco no fato da proposta de transição do general Geisel ter mantido diálogo com a proposta de “descompressão lenta e gradual” do cientista político americano Samuel Huntington, que pautou, bem ou mal, os debates com a *intelligentsia* nacional (Cf. Lemos, 2014 e Hoeveler, 2015). Esse arranjo de transição controlada por militares e elites era fortemente criticado por Fernandes, adepto de uma redemocratização com participação protagonista dos de baixo. Como pensador de estratégias preventivas de contenção da radicalização democrática e do socialismo, Huntington preocupava-se com os riscos advindos de países em desenvolvimento que passavam por transformações econômicas aceleradas, sem disporem de instituições políticas consolidadas. No relatório *The crisis of democracy: report on the governability of democracies* (Crozier; Huntington; Watanuki, 1975), da Comissão Trilateral, do qual Huntington é co-autor, a defesa da estabilidade da ordem vai resultar na crítica do “excesso de democracia”, atribuindo a crise à forte participação política e às demandas sociais nos anos 1960 e 1970, de modo que prescreve, para melhor funcionamento do sistema democrático, apatia e baixa participação para reduzir a pressão social sobre o Estado.

As visitas de Huntington ao Brasil incluíram participação em congressos acadêmicos para além de encontros com autoridades de governo. Lemos (2014) ressaltava os reflexos da tese huntingtoniana em palestra de Santos, em 20 de setembro de 1973, no Seminário de Problemas Brasileiros do Instituto de Pesquisas, Estudo e Assessoria do Congresso (IPEAC), oferecida à persuasão de parlamentares. Nela, defende a descompressão como via para a institucionalização da estabilidade para resolver a crise política, o que envolvia uma “definição de uma ‘estratégia não revolucionária’ para substituir o ‘autoritarismo’” (Santos 1978: 146 *apud* Lemos 2014: 580). Em suma, a busca de alternativas ao autoritarismo dentro da ordem deve ser articulada com uma “deliberada intervenção com o objetivo de implantar uma ordem de estabilidade institucionalizada” (Santos 1978: 151 *apud* Lemos 2014: 582). Santos coincide com o alerta huntingtoniano do gradualismo, de modo a evitar o risco de “recompressão” (regressão) e, por isso, preconiza avanços moderados com doses de

inovação, enquanto o sistema é mantido sob controle. Ainda com diferenças, Huntington e Santos falavam o mesmo léxico dos politólogos. Lemos argumenta que o processo político nacional seguiria, a partir da posse de Geisel, as linhas gerais preconizadas pelos dois cientistas políticos.

Ao lado da construção institucional do campo acadêmico da Ciência Política, que ocorre simultaneamente ao desenvolvimento da arquitetura de abertura democrática, havia uma narrativa a contrapelo sendo escrita nas ciências sociais e no debate intelectual brasileiro, se não no âmbito disciplinar de nossa Ciência Política, ao menos nos estudos críticos sobre a política na conjuntura que estamos averiguando. Aqui, irrompe o que nomeamos *ciência política sociologicamente orientada e “perturbada”* de Fernandes. Como indicamos acima, ela nos possibilita outra linguagem na compreensão dos limites e das potencialidades da transição e da democracia instituída em 1985 e nos oferece uma alternativa ao paradigma predominante da ciência política institucionalmente orientada, compartilhado pelo grupo mineiro/carioca. Vejamos.

A NATUREZA SOCIOLÓGICA DA POLÍTICA: A RECONFIGURAÇÃO DO PERFIL E DO PROJETO INTELECTUAL DE FERNANDES

Antes de realizar a análise interna dos textos, faremos uma breve investigação sobre a trajetória de Fernandes, do final da década de 1970 até meados da década de 1980, que julgamos fundamental para a compreensão da ciência social produzida pelo autor no referido período e, mais especificamente, para sua reflexão política. Durante essa fase Fernandes reposicionou seu perfil e projeto acadêmico-intelectual; esse processo já havia começado em meados da década de 1960. A transformação pode ser bem observada em um evento-chave, no modo como Fernandes recusou retornar à USP e, pouco tempo depois, atuou como docente da PUC-SP, sinalizando uma busca por coerência entre teoria e prática por parte do autor. Fernandes avaliou que a Lei da Anistia, de 1979, foi algo que a ditadura se sentiu obrigada a fazer justamente para poder se conservar no poder, por isso, pessoalmente não a aceitou. Para ele, o retorno dos professores exilados às universidades onde foram cassados resolvia o problema da estratégia de distensão e abertura lenta, gradual e segura da ditadura e não o problema das universidades. Por isso, escolheu o caminho da autonomia intelectual, classificando como “desobediência civil” o tipo de atuação que exerceu na PUC-SP. Essa autonomia intelectual lhe conferia a possibilidade da autonomia política e de uma radicalização crítica.

Assim, mais do que uma ação simbólica, a postura do autor estava em consonância com seu incômodo em atuar profissionalmente dentro nos limites da ordem burguesa. De acordo com Rodrigues, no período pós-AI-5, Fernandes rejeitou sistematicamente “atividades incompatíveis com uma concepção de trabalho intelectual que não se enverga diante da racionalidade capitalista” (2010:149): em 1969, não aderiu ao Cebrap; no início de 1970, recusou uma dotação oferecida pela *Fundação Volkswagen*, como já havia feito com ofertas análogas da *Fundação Ford*, por considerar ser irracional a valorização pessoal através do mercado; em 1972, demitiu-se voluntariamente da Universidade de Toronto, de seu cargo de professor titular, mesmo reconhecendo que lá usufruía de ótimas condições para exercício da profissão; e após lecionar em Yale, no primeiro semestre de 1977, declinou da proposta de assinar um contrato para mais três anos de trabalho. No livro *A sociologia no Brasil*, de 1977, Fernandes explicou sua negativa para Yale: considerava o seu ciclo institucional encerrado, o trabalho acadêmico não o atraía mais, apesar de afirmar que poderia aceitar fazer alguns trabalhos esporádicos. No final da entrevista reunida no livro *A condição de sociólogo*, de 1978, também demonstrou incômodo com o estilo de vida de classe média típico dos acadêmicos, por restringir o potencial crítico do trabalho intelectual. Esse período de busca por maior autonomia intelectual coincide com o momento em que, ao constatar a acentuação do particularismo e do conservadorismo burguês na ditadura empresarial-militar, “a sua interpretação crítica do capitalismo dependente ganhou um tom mais radical e criou um novo modo de pensar a revolução burguesa, a revolução democrática e a revolução socialista” no Brasil e na América Latina (Englander, 2022:329). Neste sentido, é possível estabelecer uma analogia entre a busca por autonomia intelectual por parte de Fernandes e o processo de autonomização política que o autor vislumbrava nas classes trabalhadoras brasileiras. Estas estavam deixando de ser calda política de uma burguesia conservadora e incapaz de conduzir um processo de modernização benéfico para o conjunto da nação e, para Fernandes, somente um intelectual com ampla liberdade crítica poderia compreender e estimular o movimento de insubordinação e radicalização política vivenciado pelas classes populares.

Nesse momento, Fernandes parece fazer um acerto de contas com o seu próprio passado e passa a ter na interdisciplinaridade (sobretudo, entre a ciência política e a sociologia) um traço constitutivo da forma de expressão da sua desobediência civil intelectual, como professor da PUC-SP. O período de insubordinação e docência na PUC-SP foi frutífero, nele foram escritos e publicados os livros: *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (1979); *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979); *A natureza sociológica da sociologia* (1980); *O que é revolução?* (1981); e *A ditadura em questão*

(1982). Em termos bourdieusianos, é possível afirmar que o ímpeto e a criatividade intelectual de Fernandes estavam relacionados com um desencantamento em relação a *illusio* do campo científico, que ele havia cultivado intensamente na USP. Em sua investigação sobre a trajetória de Fernandes, Rodrigues descreve esse momento da seguinte forma:

Tudo se passa como se aí se elaborasse uma *violação da autonomia institucional*, representada modelarmente pelo próprio autor no passado [na USP, no comando da Cadeira de Sociologia I, entre a década de 1940 e meados dos anos 1960], ao esquadrihar seu modelo de formação do pesquisador e do professor na universidade, bem como a profissionalização e a institucionalização das ciências sociais, cerradas pela precisão da linguagem especificamente científica (Rodrigues, 2010:155, grifo da autora).

Dessa forma, para Fernandes a atuação dentro dos limites da relativa autonomia institucional do campo científico não viabilizaria a liberdade necessária para o combate intelectual contra a redemocratização pelo alto planejada pela ala militar “castelista” que comandava a ditadura. Isso ocorria devido aos constrangimentos impostos pelas normas do campo científico que impelem à incorporação da *illusio*, em outras palavras, as estratégias de “interesse pelo desinteresse” (Bourdieu, 2004:30) que os profissionais da ciência são constrangidos a adotar e que não eram compatíveis com a necessidade de construção de um conhecimento abertamente interessado e vinculado com o processo de ascensão política das classes populares e com a construção de um movimento socialista no Brasil. Assim, Fernandes, concomitantemente, construiu as bases de uma crítica à teoria dos campos sociais no contexto do capitalismo dependente e a ultrapassou, ao investigar o modo como a ciência de um modo geral e as ciências sociais e a sociologia em particular foram limitadas em seus horizontes e instrumentalizadas pela ordem burguesa, que moldou o próprio pensamento racional intrínseco à ciência. Dessa forma, em *A natureza sociológica da sociologia* (1980), foi enfático: “Em linguagem de Gramsci: os sociólogos nascem como ‘intelectuais’ orgânicos da ordem⁶” (Fernandes, 1980:26).

Para conseguir realizar seu objetivo de construir uma ciência social insurgente, Fernandes concluiu que era necessário se rebelar também contra as regras do campo científico. E, novamente utilizando uma chave de interpretação bourdieusiana, podemos afirmar que para concluir esta empreitada o renomado sociólogo escolheu ter como foco o cultivo de somente um dos dois tipos de capital existentes no campo científico: abriu mão da

⁶ Acreditamos que essa reflexão de Fernandes também tem validade quando pensamos nos cientistas políticos e na sua relação com a ordem sociopolítica e a tendência hegemônica de pensar e propor a “mudança dentro da ordem”.

disputa do capital científico institucional (que se acumula por meio da ocupação de posições de poder importantes no interior das instituições científicas) e aproveitou o seu acúmulo de capital científico “puro” (que se acumula por meio do reconhecimento do valor de sua produção científica pelo conjunto dos cientistas ou pela fração mais consagrada entre aqueles que fazem parte de sua área de pesquisa) para mobilizar o apelo carismático de sua figura de “sociólogo consagrado” na construção e na legitimação de um estilo de ciência social crítica, heterodoxa e institucionalmente independente. Neste processo de politização das ciências sociais, o autor construiu uma sociologia e uma reflexão política públicas que conquistaram leitores e ouvintes para além dos limites da academia. Isso permitiu que Fernandes, em meados da década de 1980, convertesse o prestígio de seu capital científico em capital político, conquistando a vaga de deputado federal constituinte, em 1986, e desbancando por larga medida o número de votos de outros intelectuais que, naquele momento, dispunham de mais capital científico institucional do que ele. Entre esses intelectuais estava Bolívar Lamounier, que obteve 5.948 votos como candidato a deputado estadual pelo PSB, enquanto Fernandes foi eleito “com 50.024 votos” (Secco, 2020:94)

Ao reconfigurar o seu projeto e a sua postura intelectual, Fernandes foi um continuador e um inovador do marxismo no Brasil. Com influências ecléticas que vão de Max Weber até Lênin e Gramsci, passando por Karl Mannheim, Reinhard Bendix e Barrington Moore Jr., conseguiu encontrar “uma solução positiva para o dilema proposto por Gramsci sobre a ‘tradutibilidade’ das linguagens científicas” (Brandão, 2000, p. 18). Pôde, então, conferir ao marxismo brasileiro mais do que a reprodução de teorizações e análises produzidas no continente europeu, atribuindo consistência teórica e analítica às respostas dadas “às questões que a realidade [nacional], que o processo [histórico] põem” (Schwarz, 1979, p. 111). Dessa forma, nacionalizou a compreensão de fenômenos políticos fundamentais, tais como o poder burguês, a dominação burguesa e suas formas sociopolíticas, a autocracia burguesa e a democracia restrita; e, por outro lado, a revolução democrática e a revolução socialista.

ANALISTA DA REDEMOCRATIZAÇÃO: COMBATE À AUTOCRACIA BURGUESA E CONTEÚDO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

No final dos anos 1970 e na década de 1980, Fernandes fez um percurso institucional quase simetricamente oposto aos caminhos que foram trilhados pelos precursores da institucionalização da ciência política no Brasil. Enquanto Lamounier, Reis e Santos se dedicaram a construir instituições profissionais de pesquisa no âmbito da pós-graduação,

angariando recursos públicos e privados, Fernandes adotou uma postura de desobediência civil intelectual, de publicista radical; e a partir daí construiu de forma independente suas reflexões sociológicas e análises políticas. Em 1986, começa a atuar como político autodenominado socialista revolucionário, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Essa marcante discrepância de trajetórias teria consequências para o estilo de ciência social produzida por esses autores, bem como para a delimitação da relação entre teoria e prática. Podemos sintetizar essa questão recorrendo à linguagem do próprio Fernandes: enquanto os primeiros ficaram restritos à atuação institucional e à mudança dentro da ordem, o fundador da escola sociológica paulista considerava que a revolução democrática dentro da ordem só poderia desenvolver as suas potencialidades absorvendo as energias radicais de forças sociais que tinham como horizonte a revolução socialista contra a ordem capitalista.

Dessa forma, Lamounier, Reis e Santos atuaram de modo eficiente na construção disciplinar da Ciência Política no Brasil e no debate intelectual voltado para a consolidação da transição democrática pactuada; por sua vez, Fernandes, em outro registro, produziu uma ciência social voltada para a superação do capitalismo dependente, apostando nas potencialidades da prática política independente das classes trabalhadoras e das massas destituídas, aproximando-se delas e, por fim, buscando representá-las politicamente na *Assembleia Nacional Constituinte* e na *Câmara dos Deputados*. Portanto, esses estilos de produção de conhecimento diversos entre si recorreram a gramáticas científicas diferentes e se dirigiram a públicos e objetivos igualmente distintos. Veremos agora, especificamente, como Fernandes analisou a política brasileira no contexto da redemocratização.

Rodrigues, em seu basilar estudo sobre Fernandes, delimitou o dilema da *intelligentsia* da esquerda no contexto da redemocratização: “a centralidade de sua atuação institucional a condena a ver inócuos os seus empreendimentos, e, por outro lado, a sociedade também não oferece sustentáculos suficientemente fortes nos quais ela possa se ancorar” (2010:147-148). Fernandes era um intelectual consciente desse dilema e ao buscar ser um radical consequente tentou identificar e avigorar as forças sociais emergentes que pudessem desafiar a ditadura militar em crise. A ascensão do novo sindicalismo, do protesto proletário e das massas destituídas nas cidades e no meio rural, a partir do final da década de 1970, foram as principais dessas forças. A desobediência civil popular precisava contar com o apoio da *intelligentsia* de esquerda, que, naquele contexto, deveria atuar no sentido de construir e consolidar um forte e plural movimento socialista no Brasil. Dessa forma, a rebeldia plebeia estimulava a independência e a desobediência civil entre os próprios intelectuais e,

novamente, Fernandes estava atento a essa dinâmica. Não é mera coincidência que suas intervenções públicas e textos que tratam dessa questão tenham sido escritos entre 1978 e 1979, anos em que explodiram as greves operárias no ABCD paulista e a greve dos canavieiros em Pernambuco. No final da década de 1970, bem como ao longo da década de 1980, Fernandes construiu uma agenda intelectual focada em investigar as consequências políticas e intelectuais dos conhecimentos por ele elaborados desde o início dos anos 1970 e que estão aprimorados e adensados na sua principal obra deste período, *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975. Dessa forma, ao escrever textos e ensaios que condensam análises de conjuntura, teorizações sobre a construção da democracia e do socialismo e teor convocatório a intelectuais e militantes, Fernandes aprimorou seu método de investigação dos fenômenos políticos e desenvolveu o que estamos chamando de *ciência política sociologicamente orientada*, por vezes atualizando as suas análises em diálogo com as mudanças de conjuntura. Assim, produziu uma ciência da práxis, articulando interpretação da realidade sociopolítica com a construção de uma linguagem política radical.

Em julho de 1979, Fernandes desenvolveu uma reflexão sobre a relação entre intelectuais e os setores populares então em ascensão no cenário político nacional. Na 31ª *Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC)*, na *Universidade Federal do Ceará*, ele apresentou a intervenção *Tarefas dos intelectuais na revolução democrática*, no debate “Brasil: Anos 70 – os Intelectuais e a Repressão”, organizado por José Albertino Rodrigues. Em acordo com os objetivos desta investigação, será destacada aqui a análise de Fernandes sobre o papel da colaboração dos intelectuais para o fortalecimento das instituições sociopolíticas representativas dos “de baixo”, no processo de abertura democrática. O autor retoma e atualiza as teses presentes em *A revolução burguesa no Brasil* (2005) sobre o caráter autocrático de nossa revolução burguesa, que era incapaz de consolidar uma democracia de participação ampliada no país e promover a revolução nacional e democrática. Em decorrência desta constatação, para Fernandes os propósitos dos intelectuais de esquerda não deveriam ser os de um retorno à democracia, pois a ordem política existente até a instauração da ditadura empresarial-militar era a da dominação exercida pela minoria, por meio de um Estado burguês de democracia restrita. No final da década de 1970, esse passado já estava morto, pois a ditadura militar só havia interrompido a revolução democrática no nível político. Ironicamente, o crescimento econômico acelerado no período do “milagre econômico” desenvolveu a sociedade de classes e acentuou as suas contradições. À luz das interpretações de Fernandes, os céleres e intensos processos de

urbanização, industrialização e proletarização estavam criando uma classe trabalhadora *em si* em via de se tornar uma classe *para si*, pois naquele momento “o proletariado e o movimento sindical de vanguarda” desempenhavam “uma função política construtiva (muitos diriam: uma função política hegemônica)” (Fernandes, 2011:85).

Portanto, tratava-se de instaurar a democracia, de retomar uma revolução democrática interrompida, dessa vez, em um patamar mais elevado: sem as ilusões depositadas na “burguesia nacional”, como tragicamente acontecera nos anos 1960 e com uma classe trabalhadora fortalecida. Então, mais precisamente qual processo interrompido deveria ser retomado? Tratava-se do projeto político popular derrotado na República de 1946 (1946-1964), que tinha o intuito de construir “certas condições institucionais para a absorção de uma massa crescente da população nos papéis políticos do cidadão, o que exigia a transformação do Estado e o aparecimento transitório de [uma] democracia de participação ampliada” (Fernandes, 2011:83). Em 1979, essas questões ainda precisavam ser enfrentadas, pois as classes populares, embora politicamente ascendentes, sofriam com “uma terrível carência institucional” (Fernandes, 2011:86). E o papel dos intelectuais deveria ser o de aproveitar o recuo da ditadura e a conquista de uma liberdade relativa, arrancada pela pressão radical de baixo para cima, para estabelecer uma colaboração orgânica com as classes trabalhadoras, com objetivo de superar as suas precariedades institucionais por meio da criação de “organizações sindicais sólidas, fortes e eficientes” e da construção de “partidos operários de conteúdo socialista, sem os quais o conflito não sai do nível capitalista da reforma da ordem etc.” (Fernandes, 2011:87).

Fernandes sugeriu a seus pares da SBPC algo pelo qual ele mesmo passava: o desvencilhamento das instituições científicas especializadas e a conquista de novos papéis na sociedade. Essa articulação orgânica entre setores populares e intelectuais poderia impedir que aqueles que bloqueavam a revolução democrática — a ditadura empresarial-militar e as classes dominantes — se apresentassem como os campeões da “abertura democrática”, pois se a pressão popular já reorientava os rumos políticos, o Estado brasileiro ainda continuava controlado pelo monopólio burguês conservador. Munidos de instituições sindicais e partidárias fortes, as classes trabalhadoras e as massas destituídas poderiam aprender a usar o conflito de modo institucional — como já faziam as classes burguesas — para alterarem a correlação de forças na sociedade e no Estado. Em outro texto dessa época, “A atualidade de Lenin”, de 1978, essa questão é elaborada em sentido mais clássico, mobilizando o papel da vanguarda em uma “ação de cima para baixo”, que criasse as condições da passagem “da luta

defensiva para a luta ofensiva do proletariado” (Fernandes, 2011:143). Podemos inferir que este era o horizonte almejado com o fortalecimento das instituições representativas das classes trabalhadoras. Desse modo, Fernandes não acreditava que a democracia é um valor universal; ao pensar a vida política a partir de processos sociais em disputa, acreditava que os intelectuais e políticos que “interrompem a luta no plano da ‘colaboração de classes’” servem dissimuladamente à contrarrevolução, “em nome de uma ‘transição democrático-burguesa’ que apenas favorece a reciclagem, o reagrupamento e o fortalecimento, a médio prazo, das forças contrarrevolucionárias internas e externas” (Fernandes, 2011:143). Em síntese: a democracia restrita é considerada parte da contrarrevolução burguesa e, por outro lado, a democracia de participação ampliada tem um conteúdo social popular e proletário.

Essa questão é melhor elaborada em outro texto de 1978, *Movimento socialista e partidos políticos*, publicizado originalmente como uma conferência, em uma homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, no *I Ciclo de Debates sobre Partidos Políticos e a Democratização*. Nessa ocasião, Fernandes avaliou que a autocracia burguesa continuaria existindo enquanto fosse possível que a contrarrevolução se reciclasse e que a existência dessa autocracia acabava com as “ilusões de que poderia haver dentro das sociedades capitalistas espaço político para que os setores da burguesia realizem revoluções dentro da ordem” (Fernandes, 2021:50). E foi além, ao sugerir que o radicalismo burguês, aquele que foi importante para fazer avançar pautas democráticas nos países capitalistas hegemônicos, não existia mais nem nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão. Naquele momento ocorria um deslocamento de eixo do campo político em direção à direita: a social-democracia passava a ocupar o espaço deixado vazio pelo radicalismo burguês e o socialismo revolucionário tendia a se mover em direção ao socialismo gradualista e reformista abandonado pela social-democracia. Esse processo era consequência do endurecimento do cerco ao “inimigo interno” (sobretudo sindicatos e partidos socialistas) nos países capitalistas, assim, mesmo nos Estados democráticos as democracias “não são mais liberais, elas são ‘democracias fortes’” que exercem funções repressivas de alta envergadura, de “natureza antissocial, antiliberal e totalitária” (Fernandes, 2021:34). Essas funções repressivas do Estado capitalista “entram em contradição com constituições democráticas e liberais” (Fernandes, 2021:35). E, no Brasil, a contrarrevolução poderia ser reciclada através da adoção paliativa de um novo tipo de democracia restrita, *a democracia forte associada ao imperialismo*, “que no nosso caso assumiu a ideia das salvaguardas do Estado” (Fernandes, 2021:48). Dessa forma, na perspectiva florestaniana, a transição democrático-burguesa

pactuada e feita sob controle militar configurava uma continuidade da contrarrevolução (e, portanto, da autocracia burguesa) por outros meios, solapando a potencialidade emancipadora dos ideais democráticos.

Existiria, portanto, um desenvolvimento desigual e combinado do autoritarismo nas sociedades capitalistas⁷: nos países capitalistas hegemônicos o autoritarismo mantinha uma estrutura institucional democrática e massificava o acesso a bens de consumo, contudo, restringia as possibilidades de participação da classe trabalhadora organizada na formulação de políticas públicas e nas posições de comando do Estado; enquanto nos países de capitalismo dependente ocorria uma intensificação da demofobia das classes dominantes e do Estado capitalista até nos arranjos denominados democráticos — constituindo democracias acentuadamente demofóbicas (Aguiar, 2011) —, com a prevalência de estruturas institucionais autocráticas (por vezes temporariamente amenizadas sob a forma de democracias restritas) e a violenta limitação da capacidade de consumo das classes populares, devido à existência de uma grande massa de pobres e despossuídos que rebaixam o valor da força de trabalho, a partir da qual se estrutura o padrão dependente de acumulação⁸.

Ao compreender essa realidade, Fernandes propunha como estratégia de oposição ao retorno da democracia restrita no Brasil o fortalecimento do movimento socialista e dos partidos socialistas como ações fundamentais para a consecução de uma outra via, que chamava de revolução democrática. O movimento socialista era compreendido como uma força sociopolítica ampla, definida como a confluência de todas as forças — reformistas e revolucionárias — que se voltam contra a ordem burguesa existente; e os partidos socialistas eram a forma de organização institucional das forças que compõem o movimento socialista mais amplo. A inexistência no Brasil de um movimento socialista vigoroso impedia a criação de partidos socialistas fortes, capazes de organizar e potencializar demandas por reforma ou por revolução. Portanto, movimento e partido interagem reciprocamente, quando um ganha força o outro também se fortalece, quando um perde força o outro também sai enfraquecido. Na base dessa relação está o poder das classes trabalhadoras. Quando esse poder é dinâmico e articulado, o partido ganha protagonismo, contudo, em situações como a do Brasil daquele

⁷ Justamente por observar a existência generalizada, desigual e combinada do fenômeno do autoritarismo nas sociedades capitalistas e, também, a sua existência com características específicas nas sociedades socialistas, em *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (2019) Fernandes criticou o caráter amorfo do conceito de autoritarismo como instrumento de definição de regimes políticos.

⁸ Para uma análise mais detalhada das noções de democracia restrita, autocracia burguesa e democracia forte, conferir o artigo “A dialética da demofobia: entre democracia forte e autocracia burguesa” (Englander; Souza; Aguiar, 2024).

momento, “onde o suporte material e a base política das potencialidades da negação da ordem das classes trabalhadoras são incipientes, amorfas ou fracas, o movimento vem a ser prioritário” (Fernandes, 2021:29). No contexto da redemocratização, o sucesso do movimento socialista dependia da vigência de posturas solidárias e antissectárias entre os diferentes agrupamentos de esquerda e da adoção de uma tática política comum, em meio às possíveis diferenças programáticas e ideológicas: a definição conjunta do inimigo como o inimigo de classe. Somente após um período de unificação dos socialistas por meio do estabelecimento dos alvos compartilhados por reformistas e revolucionários seria possível aumentar a presença e a influência das massas populares sobre o movimento; e, por fim, ter espaço para os partidos atuarem de modo construtivo, apresentando alternativas políticas e ideológicas que entram em conflito entre si. Portanto, o fortalecimento do movimento socialista aproxima intelectuais e militantes das classes trabalhadoras e constitui os “nervos do processo” de “uma revolução democrática controlada a partir de baixo e a partir de dentro” (Fernandes, 2021:91).

Outro importante ator político que conferia conteúdo social à democratização construída a partir de baixo e de dentro do Brasil era o movimento negro, que obteve uma destacada ascensão política e florescimento intelectual na década de 1980. Como será exposto a seguir, para Fernandes existe uma confluência entre classe e raça, movimento socialista e movimento negro no Brasil. A ascensão de uma classe trabalhadora autônoma e combativa incidia sobre o próprio movimento negro e vice-versa, tanto porque a classe trabalhadora e a numerosa massa de espoliados no Brasil é em grande medida racializada, quanto porque os negros e negras pobres experimentavam condições de vida mais precárias e, por isso, poderiam atuar como um fator de radicalização no interior dos sindicatos e partidos da classe trabalhadora. Em uma entrevista de 1979⁹, o autor defendeu que era mais revolucionário, viável e mobilizador para negros inconformistas “militar nos movimentos existentes e levar esses movimentos a se definirem diante do problema racial” (Fernandes, 2017:125) do que criar um partido negro no Brasil.

Para analisar o modo como Fernandes avaliou a importância do movimento negro no processo de revolução democrática, vamos nos estender brevemente no período delimitado neste artigo, pois os principais textos do autor sobre essa questão foram publicados nos anos de 1987, 1988 e 1989 — numa conjuntura em que ocorreram numerosos debates públicos sobre os cem anos da abolição da escravatura —, portanto, cerca de uma década após a

⁹ Publicada no “Folhetim” da Folha de São Paulo, em 13 de maio de 1979.

escrita de *Movimento socialista e partidos políticos*. No artigo *O negro e a democracia*, de 1987, o autor sintetizou o que era a construção da democracia de uma perspectiva negra:

Para eles, democracia quer dizer democracia racial, uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos. Existem barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta pela conquista de “um lugar ao sol” e da “condição de ser gente” (Fernandes, 2017:40).

Dessa forma, na análise da democratização a partir de uma perspectiva negra podemos identificar o modo como Fernandes pensa a própria revolução democrática: não separando redistribuição e reconhecimento, articulando a conquista socioeconômica de “um lugar ao sol” com o acesso à condição simbólica de “ser gente”¹⁰. Assim, ainda em *O negro e a democracia*, o autor afirma que para os negros a luta de classes deve caminhar junto com a luta racial, o que os colocavam na posição de vanguarda política entre os oprimidos, humildes e explorados. Nessa circunstância, deveriam “participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior” (Fernandes, 2017:41). Justamente por essa condição, a participação negra na revolução democrática tensionava os limites da pouco elástica ordem social competitiva no Brasil, pois a sua própria existência e voz ativa demonstravam que, nesse país, somente “a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades econômicas, educacionais, culturais, políticas etc., que afetam os estratos negros e mestiços da população” (Fernandes, 2017:42). E, de modo análogo ao que ocorria em relação ao movimento operário, a participação negra na revolução democrática reconfigurava as relações entre intelectuais negros e negros das classes populares. No texto *Protesto negro*, de 1988, Fernandes argumenta que os intelectuais e militantes negros mais radicais poderiam ajudar a construir “um modo de ser socialista libertário” que transcenderia perspectivas eurocêtricas e impulsionaria “a autoemancipação coletiva dos negros a conferir o mesmo peso à igualdade, à liberdade e à fraternidade, no interior de uma sociedade multirracial” (Fernandes, 2017:64). Já no texto *As tarefas políticas do protesto negro*, de 1989, sugere que os intelectuais negros (radicais) superem “as limitações intelectuais do ‘mundo dos brancos’” e sejam os sujeitos de “uma descolonização completa e global”, promotora do desmoronamento do “mundo dos

¹⁰ Por mobilizarmos as expressões utilizadas por Nancy Fraser e Axel Honneth é necessário destacar que Fernandes, ao desenvolver a noção de capitalismo dependente, não produziu uma análise do tipo que Rahel Jaeggi denomina como “caixa preta”, ou seja, que não questiona criticamente o modo de funcionamento da economia capitalista como uma estrutura condicionante e limitadora das políticas de redistribuição e reconhecimento (Fraser; Jaeggi, 2020).

brancos”, que, na história brasileira, foi o mundo da autocracia burguesa e da democracia restrita (Fernandes, 2017:74-75).

No texto “Instituições políticas: a formação e o exercício do poder”, de 1978, podemos avançar na compreensão do estilo sociológico com que Fernandes analisa as instituições políticas. O autor começa com uma forte afirmação: em toda a periferia do mundo capitalista moderno as instituições políticas democráticas tinham a mesma função, a de consolidar a dominação oligárquica apegada a privilégios particularistas, e, por isso, a realidade estrutural e histórica produzida pelo capitalismo não ficava muito longe do “mundo colonial” ou “pós-colonial”. Assim, no Brasil, até o final da década de 1970, as instituições democráticas existentes (inclusive o sistema bipartidário da ditadura militar) operaram como “um fator de bloqueio à mobilização e à participação das massas populares na sociedade política” (Fernandes, 2011:236).

Contudo, a década de 1980 se apresentava como o início de uma nova era, na qual o acúmulo de mudanças quantitativas levaria às transformações qualitativas. A industrialização acelerada havia aumentado a capacidade “de propagação e de comunicação de divergências elementares, mas fundamentais”, por parte dos operários e dos pobres e destituídos, que “levam a crise tanto para a sociedade civil quanto para a sociedade política” (Fernandes, 2011:236). Dessa forma, a constituição de uma classe em-si em vias de se tornar uma classe para-si impelia que, “com toda probabilidade”, “as instituições políticas deixarão de ser monopolizadas por minorias privilegiadas” e ocorreria “o começo da consolidação da democracia de participação ampliada” (Fernandes, 2011:239). Apesar de considerar a grande importância das mudanças estruturais, Fernandes também estava atento ao papel criativo das utopias socialistas (em sentido mannheimiano), que constituiriam um fator fundamental para que a relação com a história dos setores pobres e marginalizados fosse alterada e ocorresse “não mais em termos de servidão, mas em nome da libertação” (Fernandes, 2011:239). Essa relação dialética entre as realidades material e simbólica também está presente no modo como Fernandes analisa as instituições políticas. Em chave marxista, o autor afirma que “As instituições não criam o poder. Elas apenas o organizam de certa maneira, que é determinada pelo sistema de produção econômica e pela formação social correspondente” (Fernandes, 2011:238). A inclusão da formação social na sentença é de fundamental importância, pois as instituições não são reduzidas a mero reflexo da infraestrutura econômica, pelo contrário, elas são constitutivas das disputas de poder e dos conflitos ideológicos que ocorrem na formação social na qual essas instituições também são *parte ativa*.

No início da década de 1980, Fernandes deu continuidade às reflexões elaboradas no final da década de 1970. Parte importante dessas análises estão reunidas no livro *A ditadura em questão*, publicado em 1982. Os quatro capítulos que compõem o livro são versões de aulas e exposições orais feitas no âmbito de seu trabalho como docente na pós-graduação da PUC-SP, e uma conferência apresentada no *1º Congresso Estadual de Sociólogos*, na FAU-USP. O segundo capítulo, *A manipulação dos partidos*, foi escrito em meados do ano de 1980 e atualizado no primeiro semestre de 1981, como roteiro de exposição oral para as aulas na PUC-SP. Vamos analisá-lo em seguida.

Em *A manipulação dos partidos* é feita uma análise da “pluralização partidária regulada”, operada pela ditadura empresarial-militar. Nesse texto, Fernandes começa o debate sobre a relação entre classe social e partido político afirmando que as instituições estatais ditatoriais haviam sido “moldadas para uma fase anterior do desenvolvimento capitalista, na qual a dominação das elites das classes possuidoras não sofria brechas ou enfrentava brechas que podiam ser isoladas dentro do seu próprio solo histórico particular” (Fernandes, 1982:51-52). A “mudança social progressiva” desencadeada pelo desenvolvimento capitalista acelerado havia modificado “a morfologia da sociedade civil e o seu imbricamento com a sociedade política” (Fernandes, 1982:55). Como causa e consequência dessa democratização da sociedade civil, a correlação de forças entre as classes sociais havia se transformado. Com grandes massas de trabalhadores pobres — insatisfeitos com as suas condições de vida — concentradas nas periferias urbanas e a desmoralização do “milagre econômico”, que desmoronou a legitimidade momentânea que o alto crescimento econômico havia proporcionado à ditadura, o Estado autocrático burguês não era mais uma fortaleza inexpugnável. Na nova conjuntura, após usar o excedente de poder proporcionado pela ditadura para “voltar as costas aos problemas e dilemas sociais e políticos da Nação” (Fernandes, 1982:52), o recurso ao excedente de poder repressivo já não era uma opção segura e “as classes possuidoras e suas elites no poder são obrigadas a compartilhar, de forma crescente e inexorável, várias garantias sociais e direitos civis ou políticos *com todas as classes*” (Fernandes, 1982:55, grifo do autor). Nessa nova situação, as classes burguesas e suas elites teriam que podar o seu egoísmo de classe, do contrário, poderiam desatar uma situação revolucionária. A tendência natural para elas era a de usar a ditadura como um escudo protetor, mas como essa possibilidade já não era mais viável, uma segunda alternativa foi efetivada, a da construção *a partir da ditadura* de um “novo regime de partidos” dócil para a manutenção da ordem.

O regime bipartidário da ditadura empresarial-militar havia sido adotado por dois motivos: 1) promover a manutenção e o fortalecimento da união política entre as forças sociais heterogêneas que lideraram o golpe de 1964 e implantaram a “república institucional” (que é o modo como Fernandes denomina a ditadura militar-civil-empresarial); 2) criar uma aparência de funcionamento democrático do regime, um artifício necessário para a diplomacia com os principais parceiros do capitalismo hegemônico (Estado Unidos, Europa Ocidental e Japão). No entanto, prevalecia uma perspectiva pragmática por parte dos operadores do regime, de uma “ditadura técnica” que, por si mesma, era um instrumento de defesa da democracia contra o comunismo. Para Fernandes, a política democrático-burguesa — tal como está existe no contexto brasileiro — era realizada através da ditadura, “que restabelecia a vigência e a eficácia das condições políticas da democracia” (Fernandes, 1982:59). Desse modo, o parlamento era considerado o espaço de enfrentamento reciprocamente consentido entre as forças que apoiavam o regime, reunidas no partido ARENA, e as forças da oposição consentida, reunidas no partido MDB. Destarte, a ditadura conseguiu construir “um ‘sistema de amortecedores’ e de *mobilização cooptada*, pelo qual o ritual do debate público se associava à crítica matizada” (Fernandes, 1982:60, grifo do autor). Todavia, a oposição consentida acabou ganhando uma força “que não entrava no cálculo político inicial da ditadura” e adquiriu “uma *voz política* que soava ao renascimento do confronto” (Fernandes, 1982:62, grifo do autor).

Para Fernandes, o renascimento do confronto político foi motivado por três fatores: 1) o aumento, em níveis potencialmente incendiários, da insatisfação popular, que, em parte, o MDB ajudava a amortecer; 2) a reiterada decepção das cúpulas do MDB, que gostariam que os militares considerassem o seu partido tão digno de confiança quanto a ARENA, para assim, ser uma “alternativa de poder”. A rigidez do SISTEMA político da ditadura (sistema, em caixa alta, tal como grafou Fernandes) vetou essa possibilidade, o que impulsionou o MDB a se tornar uma oposição real, criando uma relação defensiva em relação ao regime, “de auto-preservação mas, também, de ‘defesa da democracia’” (Fernandes, 1992:63). Destarte, tomamos como hipótese forte que, ao mencionar a rigidez do sistema político e grafar “sistema” em caixa alta, o autor pode ter feito uma alusão à teoria do sistema político de David Easton¹¹ (1953; 1965)¹², e, dado a entender que devido ao caráter pouco elástico da

¹¹ No arquivo pessoal de Fernandes, existem dois livros de David Easton, sendo que um deles possui marginália com anotações do autor. Devemos essa preciosa informação a Diogo Valença de Azevedo Costa (UFRB), que vem pesquisando o acervo do Fundo Florestan Fernandes, situado na Biblioteca Comunitária da UFSCar.

¹² Em artigo de jornal publicado na Folha de São Paulo, *O cachimbo e a boca*, de 5/12/1985, Fernandes utilizou novamente a linguagem da teoria do sistema político de David Easton. Em tom de ironia, Fernandes critica o

ordem social competitiva no capitalismo dependente, a ditadura não considerava viável ou pertinente processar as demandas democráticas (“*inputs*”) que estavam na agenda política do moderado MDB e devolvê-las como políticas públicas democráticas (“*outputs*”) para a sociedade¹³; 3) por fim, o que motivou o renascimento do confronto político também foi o crescimento gradual da força de radicais e de esquerdistas no interior MDB, o que possibilitou a criação de “um canal de ligação entre o ‘clamor de baixo’ e a única oposição organizada existente”, aumentando o poder de contestação política do partido e “convertendo o ritual eleitoral em equivalente funcional do plebiscito”, o que “contribuiu para retirar o parlamento do degelo” (Fernandes, 1982:63-64).

Para a ditadura empresarial-militar, o principal objetivo da pluralização partidária obtida com reforma partidária de 1979 era criar “um quadro de luta política mais elástica e dinâmica, na qual a ‘liberdade de movimentos’ da oposição também pudesse render dividendos políticos para os detentores do poder” (Fernandes, 1982:64). Dessa forma, o sistema político ditatorial conseguia, há um só tempo, deixar de ser o único alvo político dos opositores, dividir as oposições e diminuir (mas não eliminar) o caráter plebiscitário das eleições (de rejeitar ou aceitar o regime). Apesar de aumentar os riscos para o *status quo*, essa era uma “*abertura* [democrática] de e para a ditadura” (Fernandes, 1982:64, grifo do autor). Destarte, é possível compreender o motivo da criação do Partido Popular (PP), que seria “o partido alternativo de governo”, enquanto o Partido Democrático Social (PDS) seria o partido da situação, que concentrava “a maior parte da massa reacionária da burguesia” (Fernandes, 1982:65). Com essas mudanças, o MDB transformado em PMDB havia ganho mais do que perdido, porque além de ser “o único partido de oposição real que conta com uma enorme e provada maquinaria em funcionamento” também teria que “se dinamizar ainda mais como ‘partido de aliança de classe’, com apelo popular e ressonância operária” (Fernandes, 1982:67). A competição eleitoral com partidos de massa emergentes, como o *Partido dos Trabalhadores* (PT) e o *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) também era um fator de dinamização política para o PMDB. Contudo, Fernandes acreditava que, com maior probabilidade, eram esses partidos de massa emergentes que poderiam impulsionar a política

uso dessa linguagem pelos cientistas políticos brasileiros com pós-graduação nos Estados Unidos: “Uma classe dominante domada e segura pela argola do beijo, a partir de fora, e incapaz de ‘gerar *inputs*’ econômicos, culturais e políticos (ficando-se na linguagem mimetizada e servil dos tecnocratas com PhDs norte-americanos), entrega-se ao delírio” (Fernandes, 1986, p. 48-49, grifo do autor). Tomamos como hipótese que essa crítica de Fernandes está relacionada justamente à rejeição do uso da categoria de capitalismo dependente (e das consequências políticas dessa utilização) pelos cientistas políticos brasileiros que mobilizavam a linguagem da teoria do sistema político.

¹³ Essa interpretação de Fernandes também nos ajuda a compreender a grande resistência contemporânea de amplos setores da burguesia brasileira ao que André Singer definiu como “reformismo fraco” (Singer, 2012).

brasileira no sentido da revolução democrática. E essa também parecia ser uma preocupação da ditadura, que na reforma de 1979 vetou a legalização do *Partido Socialista Brasileiro* e do *Partido Comunista Brasileiro*, antigos partidos populares e proletários, com experiência prévia de organização e mobilização popular. Assim, os militares conseguiram ganhar tempo, pois naquele momento, PT e PDT ainda estavam envoltos em uma dura luta pela sobrevivência.

Outro fator de fundamental importância para Fernandes era a *crise do poder burguês*, uma variável não considerada pela Ciência Política institucionalmente orientada. Para Fernandes, a própria ditadura foi uma resposta à crise do poder burguês, em 1964, quando devido ao caráter pouco elástico da ordem social competitiva no capitalismo dependente, as burguesias brasileiras preferiram barrar o esboço de revolução democrática presente nas reformas de base do governo João Goulart. Dessa forma, não eram apenas os “militares da linha dura”, mas as próprias forças sociais da burguesia brasileira que atenuavam a desagregação da ditadura e conferiam a ela “a liberdade de regular a transição, determinando como se constituirão os partidos, os seus limites de identificação e de ação, os requisitos eleitorais ‘exigidos legalmente’, etc.!” (Fernandes, 1982:68). Naquele contexto de “fratura aguda do bloco histórico que comanda[va] a contra-revolução e sustenta[va] a continuidade da ditadura”, os militares configuravam-se “como ‘senhor burguês do Estado’”, podendo “escapar aos controles externos dos outros mais iguais, conduzindo a ditadura, se necessário, por caminhos ainda mais ásperos” (Fernandes, 1982:68). Devido a essa posição estratégica dos militares, a política brasileira poderia ser dirigida para um endurecimento do poder fardado ou para a “institucionalização” da abertura democrática pelo alto, resguardada pela lei de segurança nacional. Por isso, Fernandes concluiu que “*combater contra a ditadura* não equivale, por si só, a *lutar pela democracia*” (Fernandes, 1982:68, grifos do autor). Era necessário construir a revolução democrática de baixo para cima, a partir das organizações populares que reconfiguravam a sociedade civil brasileira.

Cerca de três anos após a conclusão da última versão de *A manipulação dos partidos*, em um importante artigo de jornal publicado na Folha de São Paulo, no contexto da campanha pelas Diretas Já, *Eleições diretas e democracia*, de 6/4/1984, Fernandes retomou a linha de raciocínio apresentada no parágrafo anterior, mas dessa vez direcionando uma crítica específica aos analistas políticos brasileiros. Consideramos uma hipótese forte que essa também era uma crítica aos cientistas políticos que realizavam uma defesa politicista (com perspectiva institucionalista) da redemocratização:

Pois, de fato, não é no plano da economia, mas no da política que está o pior. Os analistas trataram continuamente de dois temas. Primeiro, a crise da democracia. A ditadura teria acabado com a “democracia brasileira”. Segundo, a oposição à ditadura (ou ao governo existente) e o “restabelecimento do regime democrático”. Bastaria derrotar os “indireitistas” para voltarmos, automaticamente, à “normalidade da situação anterior”. Ora, essas reflexões são puramente ideológicas e mascaram as aspirações dos grupos civis e militares que tomaram o poder através do golpe de Estado e que gostariam - e quanto! - que as eleições fossem, pura e simplesmente, o equivalente funcional de um golpe de Estado. É esse o segredo de Polinchinelo das conciliações que andam soltas e das vastas negociações políticas que movem o centro burguês, dos partidos da ordem que não possuem um *partido da ordem* e por isso sonham com uma aliança salvadora” (Fernandes, 1986:196, grifo do autor).

Fernandes havia inferido que a tendência para os anos iniciais da década de 1980 era a da construção de partidos burgueses ideológicos, que buscariam atrair apoio de massa. E, por outro lado, a construção de partidos socialistas, que teriam como objetivo elevar a consciência política das classes trabalhadoras para unificá-las como maioria numérica natural e, assim, levar adiante a revolução democrática e a revolução socialista, com a conquista do poder real do Estado. Essa tendência de polarização entre partidos burgueses e partidos representantes da classe trabalhadora acabou se efetivando em todos os segundos turnos das eleições da “Nova República”, contudo, não com um grau elevado de autonomia da classe trabalhadora (salvo a provável exceção das eleições de 1989), como aspirava Fernandes. O fim do bloco soviético, em 1991, a desindustrialização e o enfraquecimento do sindicalismo combativo brasileiro na década de 1990 (Cardoso, 2003) e o surgimento de uma nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil moldada pela acumulação flexível e pelas políticas neoliberais (Antunes, 2018) contribuíram decisivamente para limitar o poder político da classe trabalhadora organizada e travar a revolução democrática no Brasil. A autocracia burguesa foi desmontada, mas somente de modo limitado e parcial. Como argumenta Lucas Pedretti (2024), em uma recente pesquisa sobre direitos humanos no período da democratização, a transição está inacabada. Os direitos civis e os direitos sociais ainda não foram universalizados e, em linguagem florestaniana, as lutas populares e

antirracistas para “ser gente” e “conquistar um lugar ao sol” continuam muito atuais no Brasil contemporâneo.

Em um momento de múltiplas crises simultâneas, em que o capitalismo canibaliza trabalhadores, pessoas racializadas, biosfera e democracia (Fraser, 2024), se mostrando incapaz de produzir bem-estar social e estabilidade institucional mesmo em países hegemônicos, as teorizações de Fernandes sobre democracia e autocracia ganham um sentido universal. Acreditamos que as maiores contribuições desse autor para o debate contemporâneo sobre democracia são a identificação de: 1) que a classe trabalhadora organizada e os grupos subalternizados a ela aliados, quando polarizados politicamente em oposição aos interesses particularistas das camadas burguesas e às múltiplas formas de opressão e dominação, constituem a principal força de democratização da sociedade e das instituições políticas; 2) que o capitalismo e sua lógica predatória de acumulação, quando deixados sem os freios de uma oposição popular forte, tende à autocratização e à acentuação de seu caráter selvagem como meios de preservar a funcionalidade das desigualdades sociais e violências aviltantes que ele mesmo gera. Por essa razão, continua atual a conclusão de Fernandes: o combate contra a autocratização demanda mais do que lutar (de forma politicista) pela democracia. Nesse sentido, articular a análise sociológica do capitalismo com a análise das instituições políticas, e, no caso do Brasil e da América Latina, também a análise sociológica do capitalismo dependente, é um procedimento metodológico promissor e necessário para a compreensão da realidade política contemporânea.

UMA “CIÊNCIA POLÍTICA SOCIOLOGICAMENTE ORIENTADA”?

As intensas contribuições de Fernandes para o entendimento crítico do processo de redemocratização do país e das instituições políticas em formação fazem parte do momento “cientista político” (coloquemos entre aspas) do autor, orientado pela sociologia¹⁴. Toda essa densa obra — que foi parcialmente mobilizada acima, entre 1978 e 1985 —, engloba publicações científicas, textos de intervenção política e análises conjunturais, dando corpo à construção de um legado perdido para a edificação da Ciência Política. Ele não seria absorvido nem identificado com a disciplina, seguindo às margens do campo, frente à hegemonização da linguagem científica norte-americana que, apoiada na conjuntura da Guerra Fria (ou premida por ela?), rechaça léxico e categorias analíticas de teor marxista (Rodrigues, 2021).

¹⁴ Época em que Fernandes se declara abertamente marxista e, bastante abalizado pelas análises políticas de Lênin, faz as apresentações de *O estado e a revolução* (1978) e *O que fazer?* (1979) publicados pela editora Hucitec.

Antes de tudo é necessário destacar o perfil multifacetado de Fernandes, cuja trajetória percorre as fronteiras das Ciências Sociais (da Antropologia, à Sociologia e à Ciência Política). Mazucato (2014) identifica na trajetória de Fernandes esses deslocamentos que, *grosso modo*, se constituem em fases: primeira, o momento da antropologia nos anos de 1940-50¹⁵; segunda, o momento da sociologia, entre 1950-70¹⁶; e terceira, o momento da ciência política, no início dos anos 1960 até meados de 1970. Nesta fase, aponta Mazucato, emerge então a reflexão sobre temas próprios ao “vocabulário duro” da Ciência Política ou seus “temas fortes” como Estado, ideologia e utopia, burguesia, dominação, imperialismo, autoritarismo, totalitarismo, autocracia e democracia. Ressalta ainda um segundo deslocamento, o do perfil cientificista, anos 1950, até “um programa de pesquisa à esquerda” nos anos 1970 (nos termos que toma emprestado de Gildo Marçal Brandão).

Mais recentemente, Sereza (2022) situa Fernandes como construtor da Ciência Política brasileira: “o Florestan político e, a seu modo, cientista político” (2022:146). Enfatiza o cruzamento entre seu “fazer ciência política” e o seu fazer como político, num movimento que vincula o rigor científico (o acadêmico, ainda que crítico da universidade) ao jogo político (o fundador de partido, o mandato de deputado etc.), diagnosticando que Fernandes ferramentaliza a ciência política para melhor intervenção na política. Fernandes vive “a política como ciência, sem jamais deixar de ver a ciência como uma forma de ver e fazer a política” (Sereza, 2022: 163) – assim se perfila o político cientista político, numa alusão invertida à fórmula weberiana da política como vocação.

Este artigo contribui para o argumento que situa o legado de Fernandes para uma ciência política, a partir de delineamentos em torno do que podemos chamar de “*ciência política sociologicamente orientada*”. Primeiro, cumpre ajustar a periodização proposta por Mazucato: a produção de análises políticas de Fernandes, na verdade, ultrapassa os anos 1970, se estendendo aos 1990, com a reflexão sobre a redemocratização e sua atuação como político. Como rememoram Rodrigues (2018) e Sereza (2022), a *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, empreendimento editorial coordenado por Fernandes entre 1978 e 1990, possui 14 títulos dedicados à política. Eles demarcam os contornos da concepção florestaniana, a contrapelo da ciência política que se institucionalizou na universidade. Assim, figuram na

¹⁵ Marcadamente com os livros *A organização social dos Tupinambás*, de 1949, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, de 1952 e *A etnologia e a sociologia no Brasil*, de 1958.

¹⁶ Destacam-se obras que se tornaram referência para a sociologia brasileira, a exemplo de *Branços e negros em São Paulo*, 1959, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 1960, *Elementos de sociologia teórica*, 1970 e *O negro no mundo dos brancos*, de 1972.

Coleção, obras de líderes revolucionários e políticos: Lênin, Engels, Che Guevara, Trotsky, Joaquim Nabuco, Mariátegui, Isaac Deutscher, Stalin, Mao Tse-Tung, Sarmiento, Bolívar, Ho Chi Minh, Proudhon e Fidel Castro.

Essa seção da Coleção, que se chamava Política (e não ciência política) – e aqui a ciência como política e a política como ciência se entrecruzam novamente – diz respeito a outra fórmula invertida: a política como militância, aplicada aos desafios de seu tempo, se converte em ciência política militante. Na conjuntura da Guerra Fria, ela se situa no pólo socialista que, como sabemos, entra em ocaso no universo da política e da academia. Assim, o legado de Fernandes fica do lado “perdedor”; seu modo de pensar a democratização, pelo meio do caminho. Definitivamente, apesar de dedicar-se a pensar temas e conceitos consagrados na política, o aparato conceitual e as ferramentas metodológicas de Fernandes não viriam a participar do cânone daquilo que veio a se caracterizar como Ciência Política na academia brasileira. De fato, é preciso lembrar, o autor se desinteressa e se afasta da universidade. De modo que, hoje, soa extemporâneo afirmar que Fernandes forjou um modo de fazer ciência política.

Outras obras, além das analisadas, compõem o material da “ciência política florestaniana”, como *Apontamentos para uma “teoria do autoritarismo”* (1979) e *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979), escritos resultantes de anotações e roteiros para cursos ministrado na PUC-SP; a apresentação à obra *Que fazer* (ver nota 15) e o texto *Introdução* ao número 5 da série “Política” da Coleção Grandes Cientistas Sociais, dedicado a Lênin; *O que é revolução?* (1981) e; *Nova República?* (1985). Esse conjunto de obras se inscreve como ferramental marxista e socialista que, naqueles tempos, tendia a ser desqualificado ou rechaçado pelos esforços de delimitação do campo científico da política. Essa circunscrição de um “circuito-perito” (Bourdieu *apud* Mazucato, 2014), operada ainda sob o enquadramento da Guerra Fria ou da “desmarxificação” do conhecimento, produz consequências para a reflexão acadêmica sobre a transição da ditadura à redemocratização (“transição transada”, nos termos de Fernandes). Ela tende a repelir linguagem, método e ferramentas então mobilizados por Fernandes.

Desse modo, a “ciência política institucionalmente orientada” se caracteriza por uma dupla tarefa institucionalista. Se volta para a construção das instituições políticas no período de redemocratização, impulsionando o institucionalismo e, ao mesmo tempo, para a edificação do campo institucional da pesquisa e da pós-graduação da disciplina de ciência política. A linguagem mobilizada por Fernandes (e por outros marxistas politólogos) não será

cientificamente legitimada para falar em nome dessa “especialidade”. Por não preencher os rigores científicos considerados pelo campo, Fernandes é “naturalmente” ejetado para fora dele, muito embora dispusesse de um capital como cientista rigoroso (munido de sólido repertório teórico e metodológico) preocupado com consolidar e legitimar as Ciências Sociais no seu arco mais amplo de disciplinas. O argumento de que o marxismo professado por Fernandes não se reduz a nenhuma disciplina não se sustenta: ele é nitidamente reivindicado como sociólogo. Após a consolidação da Ciência Política no país, tal como ela foi feita, só com espanto se pode considerar Fernandes como um autor que fez contribuições para esse campo.

Cabe enfatizar o modo florestaniano de fazer ciência política desde a trajetória de sociólogo - o que chamamos de *ciência política sociologicamente orientada*. Isso implica diferenciá-lo da sociologia política, porque circunscrevê-lo a esse campo soa insuficiente ou inexato. Como pontua Forjaz, o fato de sociologia política e ciência política serem considerados dois ramos semelhantes na perspectiva de Maurice Duverger (e dos europeus) explica, por um lado, o atraso da Ciência Política na Europa e, por outro lado, a batalha intelectual que esteve por trás do desenvolvimento precoce da autonomia do campo disciplinar nos EUA. A política era apenas um “‘ramo’ da ciência-mãe, da ciência síntese, a Sociologia”, quando não, da Economia (1997:3).

Na obra *Elementos de sociologia teórica*, de 1970, Fernandes escreve o capítulo *A concepção de ciência política de K. Mannheim*, perfazendo a ciência política a partir do terreno da sociologia, o que explicita os traços de uma “ciência política *sociologicamente orientada*”. Essa expressão se justifica essencialmente porque os estudos políticos de Fernandes estão orientados/atravessados pelo estudo do social ou da sociedade e suas relações com o poder, sem deixar de lado uma análise da democracia como estudo que engloba instituições políticas, partidos, Estado, constituição, processo constituinte, governos etc., ancorado em fatores sociais como classe social, movimentos sociais, identidades, com ênfase no grau mais baixo na escala social. Daí a recorrência na sua escrita de termos como classes trabalhadoras, gentinha, lumpen, *los de abajo*, deserdados da terra etc, categorias sociais demasiadamente políticas que interpelam ou perturbam as análises institucionais — e para Fernandes, se tratava mesmo de “perturbar”. Nesse sentido, em vez de advogar por uma sociologia política florestaniana, caracterizamos uma “ciência política *sociologicamente perturbada*”. Tampouco parece bastante identificar a produção de Fernandes como uma teoria política; seria situá-lo em um ramo específico da ciência política.

Como salienta Forjaz (1997), o movimento de consolidação da disciplina (instituir uma tradição de estudos políticos, novos métodos e linguagens) passa por autonomizar a esfera política dos determinantes societários e economicistas. Em Fernandes, em contrapartida, há uma relação entre instituições políticas e sociedade que se retroalimenta. Certamente, pensar a redemocratização nos parâmetros hegemônicos da disciplina, compreendendo-a essencialmente como engenharia institucional, pode revelar-se mais “libertador” ou demiúrgico do que ancorá-la primordialmente no social marcado pelas mazelas que vigiam no país. Com efeito, é profícuo considerar que a abordagem politicista pluralizou o campo das ciências sociais, ao mesmo tempo que “eclipsou os matizes” do seu próprio campo. Assim, desqualificar as ferramentas marxistas como “diletantismo” ou falta de rigor metodológico fez com que a agenda de pesquisa de Ciência Política fosse delimitada, bem como os “princípios de apreciação/depreciação” da área fossem estreitamente circunscritos (Rodrigues, 2021:148).

De todo modo, entendemos que a pluralização de linguagens nas ciências sociais, incluindo as novas ferramentas da Ciência Política, gerou uma tensão produtiva entre as diferentes abordagens e os distintos modos de pensar a democracia brasileira. Principalmente (mas não exclusivamente), de um lado, a reflexão de Fernandes, denominada “ciência política sociologicamente orientada ou perturbada”; de outro, os estudos daqueles mais bem reconhecidos como politólogos inovadores, a exemplo de Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos, além de outros representantes da “ciência política institucionalmente orientada”. Embora a segunda tenha se configurado como hegemônica/canônica, produzindo um escanteamento de linguagens marxistas do campo da ciência política, o pensamento político para o qual contribuiu Fernandes segue sendo redescoberto e revisitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos caracterizar, a partir de pesquisas já publicadas e consagradas, a constituição da Ciência Política enquanto campo de pesquisa e disciplina das ciências sociais. Essa incursão revelou como a identidade da Ciência Política e do conhecimento sobre a política foi traçada a partir da absorção de impulsos norte-americanos (no financiamento de pesquisas e na formação de acadêmicos) caracterizados pelo rechaço da linguagem marxista em um contexto de Guerra Fria, seguida da desmarxificação do conhecimento e da política no pós-queda do Muro de Berlim. Isso produziu consequências nos modos de pensar o processo de redemocratização brasileira.

A partir desse quadro, recortamos os argumentos que caracterizam mais fortemente a reflexão florestaniana acerca do processo de democratização, fenômeno que se dá concomitantemente à constituição do campo da Ciência Política, de modo a ressaltar aquilo que anima e justifica o ferramental marxista do autor. Analisamos o transcurso acadêmico de Fernandes e, em seguida, o fio da sua obra política entre 1978 e 1985.

No bojo dessa investigação, os resultados parciais em torno da constituição do campo da ciência política dizem respeito à tensão produtiva entre as diferenças de como pensar a democracia brasileira. De um lado, a reflexão política de Fernandes, que estamos chamando de “ciência política sociologicamente orientada (e perturbada)”. De outro, a disputa pela hegemonia da disciplina de ciência política, em particular (embora não exclusivamente), representada pelo grupo mineiro/carioca, num trabalho que estabelece fronteiras acadêmicas, atribuindo superioridade a certos métodos e explicações a propósito das instituições político-democráticas — o que chamamos de “ciência política institucionalmente orientada”.

Contudo, é necessário considerar, como Miguel e Ballestrin (2025) sugerem, que no atual momento histórico, constituído por múltiplos desarranjos, a crise da democracia tem provocado uma crise teórica e disciplinar no interior da própria Ciência Política, que até o momento foi incapaz de compreender a complexidade do fenômeno, evidenciando a limitação de seus modelos teóricos de democracia e da sua capacidade preditiva (inspirada nas ciências exatas). Nesse contexto, a investigação das análises de Fernandes sobre a redemocratização pode ser considerada, também, um exercício de reflexividade disciplinar, na busca de uma gramática que abarque a incorporação das desigualdades e injustiças sociais como elementos fundamentais para a compreensão dos limites e da instabilidade das democracias realmente existentes.

REFERÊNCIAS

Aguiar, Thais Florencio de. A demofobia na democracia moderna. *Dados* - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 4, 2011, pp.609 a 650.

Antunes, Ricardo. (2018), *O Privilégio da Servidão: o Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*. São Paulo: Boitempo.

Arantes, Paulo. (1994), *Um Departamento Francês de Ultramar: Estudos Sobre a Formação da Cultura Filosófica Uspiana (Uma Experiência nos Anos 60)*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Bianchi, Álvaro. (2011), “Political Science contra a Democracia: a formação de uma tradição”. *Opinião Pública*, v. 17, p. 75-101. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000100003>

Bourdieu, Pierre. (2004), *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.

Brandão, Gildo Marçal. (2000), “Prefácio”. In: RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Fapesp/Ed. 34.

Cardoso, Adalberto Moreira. (2003), *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos*. São Paulo: Boitempo.

Coutinho, Carlos Nelson. (1979) “A Democracia como Valor Universal”. *Revista Encontros com Civilização Brasileira*, n. 9, pp. 33-47.

Crozier, Michel; Huntington, Samuel P.; Watanuki, Joji. (1975), *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York, New York University Press.

Dryzek, John. (2006), “Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science”. *The American Political Science Review*, v.100, n. 4, pp. 487-492. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s0003055406062332>

Easton, David. (1953), *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

Easton, David. (1965), *A Systems Analysis of Political Life*. Chicago: University of Chicago.

Englander, Alexander Couto. (2022) *Dilemas da Revolução Brasileira: Democracia contra Demofobia*. Curitiba: Appris.

Englander, Alexander Couto; Souza, Ronaldo Tadeu de; Aguiar, Thais Florencio de. (2024), “A Dialética da Demofobia em Florestan Fernandes: entre Democracia Forte e Autocracia Burguesa”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 89, p. e10724, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/232286>

Fernandes, Florestan. (1978), *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: Hucitec.

Fernandes, Florestan. (1980), *A Natureza Sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática.

Fernandes, Florestan. (1982), *A Ditadura em Questão*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Fernandes, Florestan. (1986), *Que Tipo de República?* São Paulo: Brasiliense.

Fernandes, Florestan. (2005), *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo: Globo.

Fernandes, Florestan. (2011), *Brasil: em Compasso de Espera: Pequenos Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Fernandes, Florestan. (2017), *Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular; Editora da Perseu Abramo.

Fernandes, Florestan. (2019), *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular.

Fernandes, Florestan. (2021), *Movimento Socialista e Partidos Políticos*. São Paulo: Expressão Popular.

Feres Jr., João. (2000), “Aprendendo Com os Erros dos Outros: o Que a História da Ciência Política Americana Tem Para nos Ensinar”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, pp. 97-11.

Forjaz, Maria Cecília Spina. (1997), “A Emergência da Ciência Política Acadêmica no Brasil: Aspectos Institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, pp. 1-22 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>

Fraser, Nancy. (2024), *Capitalismo Canibal: Como Nosso Sistema está Devorando a Democracia, o Cuidado e o Planeta e o que Podemos Fazer a Respeito Disso*. São Paulo: Autonomia Literária.

Fraser, Nancy; JAEGGI, Rahel. (2020), *Capitalismo em Debate: uma Conversa*. São Paulo: Boitempo.

Giannotti, José Arthur, MORAES, João Quartim, SADER, Emir, SCHWARZ, Roberto. (2017), *Nós que Amávamos Tanto O Capital*. São Paulo: Editora Boitempo.

Gunnell, John. (2005), “Political Science on the Cusp: Recovering a Discipline’s Past”. *The American Political Science Review*, V. 99, Nº 4, 2005

Hoeveler, Rejane. (2015), *As Elites Orgânicas Transnacionais diante a Crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Keinert, Fábio Cardoso e SILVA, Dimitri Pinheiro. (2010), “A Gênese da Ciência Política Brasileira”. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, pp. 79-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005>

Leite, Fernando Baptista. (2010), “Posições e Divisões na Ciência Política Brasileira Contemporânea: Explicando sua Produção Acadêmica”. *Revista Sociologia e Política*, v. 18, n.37, pp. 149-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000300011>

Lemos, Renato Luís do Couto Neto. (2014), “A Conexão Harvard e a Política de Descompressão: sobre as Origens da Transição Política no Brasil Pós-64”. *Tempos Históricos*, v. 18, pp. 559-590. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6802393.pdf>

Mazucato, Thiago Pereira da Silva. (2014), “Florestan Fernandes e a Consolidação das Ciências Sociais no Brasil - da Antropologia e Sociologia à Ciência Política”. *Revista Florestan*. UFSCAR, v. 1, n.1, pp. 3-11. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/9>

Miguel, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana. (2025), “Interpretando a Crise e Repensando a Democracia”. In: MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana (Orgs.). *Democracias em Crise, Teorias em Transe*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Pedretti, Lucas. (2024), *A Transição Inacabada: Violência de Estado e Direitos Humanos na Redemocratização*. São Paulo: Companhia das Letras.

Quirino, Célia. (1994), “Departamento de Ciência Política”. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, pp. 337-348. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/9718/11290

Rodrigues, Lidiane Soares. (2010), *Florestan Fernandes: Interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp.

Rodrigues, Lidiane Soares. (2018), “Centralidade de um Cosmopolitismo Periférico: a ‘Coleção Grandes Cientistas Sociais’ no Espaço das Ciências Sociais Brasileiras (1978-1990)”. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 33, n. 03, p. 675–708, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030002>

Rodrigues, Lidiane Soares. (2021), “Brazilian political scientists and the cold war: Soviet hearts, North-American minds (1966-1988)”. *Science in Context*, v. 33, n. 2, pp. 145-169.

Sereza, Haroldo Ceravolo. (2022), *Florestan Fernandes, a Ciência como Política, a Política como Ciência*. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). 100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 145-164. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/376/3730/6777

Schwarz, Roberto. (1979), “Entrevista a Gildo Marçal Brandão e Oswaldo Louzada Filho”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 15, Rio de Janeiro.

Secco, Lincoln. (2020), Florestan Fernandes: Ciência e Política. In: Rodrigues, Jaime; Toledo, Edilene (Orgs.). *Florestan Fernandes [livro eletrônico]: 100 Anos de Um Pensador Brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/17-Florestan-Fernandes-web-2.pdf>

Singer, André. (2012), *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Somit, Albert and Tanenhaus, Joseph. (1982), *The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism*. New York: Irvington Publishers.

Tricarico, Nicole. (2023), “Uma Revisão Teórica da Trajetória do Conceito de Transição Democrática na Ciência Política”. *Revista Conjuntura Global*, v. 12, nº 2, pp. 113-134. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/cg.v12i2.91247>

Vitulo, Gabriel. (2001), “Transitologia, Consolidologia e Democracia na América Latina: uma Revisão Crítica”. *Revista Sociologia e Política*, n. 17, pp. 53-60. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782001000200006>

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Thais Florencio de Aguiar: Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição. **Alexander Couto Englander:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição. **Ronaldo Tadeu de Souza:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA:

Os autores utilizaram a ferramenta ChatGPT, versão GPT-5.6 Luna (configuração Instant), com a finalidade de revisar a tradução do resumo para inglês e espanhol, tendo posteriormente revisado, editado e validado o conteúdo, assumindo total responsabilidade pela precisão e integridade da publicação.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES:

Thaís Florencio de Aguiar é docente do IFCS/UFRJ. Coordena o Grupo de Pesquisas Democracia e Teoria (GPDET), co-coordena GT Acyse no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e integra o Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA-Amazônia).

Alexander Couto Englander é doutor em sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (Nupet/IESP-UERJ), no Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria (GPDET/UFRJ) e no Núcleo de Estudos Regionais (NERE/URCA).

Ronaldo Tadeu de Souza é docente do IFCS/UFRJ. Pesquisador no Cedec-Centro de Estudos em Cultura Contemporânea e no Grupo de Pesquisas Democracia e Teoria (GPDET) e membro do comitê editorial do Dicionário Marxista das Américas.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.